



GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL NETO LOUREIRO

PROJETO DE LEI Nº /2024

Dispõe sobre o acesso ao prontuário médico do paciente por meios eletrônicos, na rede pública e privada de saúde, no âmbito do Estado de Roraima.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA decreta:

- Art. 1º Fica instituído o acesso ao prontuário médico do paciente, através dos meios eletrônicos, na Rede Pública e na Rede Privada de Saúde.
- Art. 2º No caso da Rede Pública e da Rede Privada, conveniada ao Poder Público Estadual, o acesso ao prontuário médico eletrônico será realizado através de um Sistema que o paciente terá acesso por meio da internet.
- §1º O paciente receberá um e-mail com as orientações para acessar as informações, bem como para cadastrar uma senha, que deverá ser utilizada juntamente com o login de acesso, que será o Cadastro de Pessoas Físicas CPF ou o número do Sistema Único de Saúde SUS.
- § 2º Caso o paciente não possua e-mail, a Unidade de Saúde ficará incumbida de cadastrar o login e a senha para que o mesmo tenha acesso ao prontuário médico.
- **Art.** 3º No caso da Rede Privada, não conveniada ao Poder Público Estadual, deverá ser disponibilizada ao paciente o acesso ao Sistema próprio de cada unidade ou o envio do prontuário médico se dará através do e-mail.

Parágrafo Único - Entende-se por unidade da Rede Privada, todos os hospitais e clínicas em geral.

- **Art. 4º** O acesso e envio do prontuário médico deverá ser autorizado pelo paciente para registro, autorizações, resultados de exames, internações, receitas médicas e demais procedimentos relacionados ao histórico de saúde do paciente.
- **Art. 5º** O processo de digitalização dos prontuários deverá estar em conformidade com as normas estabelecidas na Lei Federal 13.787 de 27 de dezembro de 2018.









GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL NETO LOUREIRO

Art. 6° - Os procedimentos eletrônicos, que trata esse Lei, serão disponibilizados somente por profissionais da saúde, mediante assinatura original ou digital, cujo cadastramento deverá ser obrigatório para o acesso ao sistema, ou envio de e-mail ao paciente.

Art. 7º - Fica terminantemente proibida a divulgação de informações do paciente a terceiros, sem autorização, em função do sigilo profissional da profissão, sujeitando o gestor da unidade e demais profissionais às sanções administrativas, sem prejuízo das demais sanções legais.

Art. 8º - As dotações orçamentárias contemplarão as despesas decorrentes dessa
Lei, devendo ser suplementadas, caso necessário.

Art. 9° - A regulamentação dessa Lei cabe ao Poder Executivo, que definirá o detalhamento técnico a seu fiel cumprimento, a fiscalização será realizada através da Secretaria Estadual de Saúde.

Art. 10 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O presente projeto tem como objetivo garantir maior praticidade e acessibilidade aos pacientes que utilizem tanto a rede pública quanto a rede privada de saúde no Estado de Roraima ao conceder acesso ao prontuário médico através de meios eletrônicos.

O acesso facilitado ao prontuário médico pelo paciente é medida garantidora de direitos, uma vez que permite a supervisão de todos os medicamentos, atendimentos e demais procedimentos utilizados no seu tratamento desde o momento do ingresso na unidade hospitalar ou clínica.







ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"



GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL NETO LOUREIRO

Documento com tamanha importância merece a atenção que atualmente a tecnologia nos permite. A sistematização das informações dos hospitais públicos e privados criam condições que permitam a sua disponibilização de forma online.

Percebe-se, portanto, a importância da tramitação desta matéria por meio de projeto de lei, criando maiores garantias à população do Estado de Roraima.

Ademais, o presente projeto é afeto à competência plena dos parlamentares estaduais por se tratar de matéria consumerista e social, não padecendo de nenhum vicio de constitucionalidade ou legalidade que afete a regular tramitação da matéria, não estando, portanto, entre as matérias de iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo.

Por estes motivos, conclamo aos nobres deputados que apoiem e votem positivo na aprovação do presente projeto de lei pelo fato de possuir matéria pública de grande relevância para toda a sociedade e que trará enormes benefícios.

Palácio Antônio Augusto Martins, 05 de março de 2024.

NETO LOUREIRO DEPUTADO ESTADUAL

